

CUT propõe a estatização total da saúde

Fundo Único

A CUT, Central Única dos Trabalhadores defendeu, ontem, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que esta sendo realizada no Ginásio de Esportes, a estatização do sistema de saúde de forma unificada e regionalizada para garantir o atendimento integral, totalitário e de boa qualidade a toda a população brasileira. Os trabalhadores querem ainda ter a direção e o controle da administração e gestão do sistema de saúde em todos os níveis, para assegurar que ela seja voltada a seus reais interesses.

Essas propostas fazem parte de um documento que a CUT entregou a todos os participantes da 8ª Conferência Nacional de Saúde com um total de sete itens. Os membros da CUT entendem que os recursos financeiros destinados à Previdência Social devem ser utilizados exclusivamente para o financiamento de um seguro social, beneficiando os trabalhadores da cidade e do campo e que o orçamento do Ministério da Previdência deve ser administrado pelos trabalhadores e utilizado somente para a concessão de benefícios, pensões e aposentadorias.

Dessa forma, a CUT acredita que o Governo poderá resgatar parte da dívida com a população brasileira «que não possuiu condições dignas de sobrevivência porque não tem acesso ao atendimento de suas necessidades básicas», assegura o documento. A Central Única dos Trabalhadores acha ainda que a saúde e as demais políticas sociais são um dever e uma dívida do Estado para com o trabalhador brasileiro e pede que o financiamento do setor saúde seja de responsabilidade do Governo «a quem cabe levar uma política de descentralização, articulando a participação efetiva dos Estados e Municípios com uma ampla e profunda reforma tributária».

Ja a vice-presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Abrasco, Sônia Fleury, defendeu, ontem, durante sua palestra na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a concentração de todos os recursos destinados ao setor saúde em um único fundo como forma de melhorar os serviços e facilitar o controle de sua aplicação pela sociedade. «Esse fundo — explicou Sônia Fleury — seria responsável pela arrecadação das contribuições previdenciárias, do orçamento da União e de outros recursos destinados ao setor».

Sônia Fleury defendeu ainda uma outra forma de arrecadação previdenciária que não incida apenas sobre a folha de pagamentos dos trabalhadores para evitar a fragilidade do sistema «sempre abalado a cada ciclo recessivo». Segundo ela, o Governo poderia buscar outras fontes alternativas de receita para a Previdência Social como, por exemplo, a taxação sobre o valor agregado, que incide sobre o custo de produção.

Sônia Fleury, que juntamente com Jaime Oliveira escreveu o livro «Imprevidência Social», acha ainda que a crise na Previdência Social poderá voltar.

Para o presidente da Fundação Osvaldo Cruz, Sergio Arouca, a reforma sanitária é o principal ponto onde devem ser concentrados todos os reforços do setor de saúde para a Constituinte. Para isso ele acha que é necessário, em primeiro lugar, valorizar a medicina preventiva, ampliar os recursos para o controle de grandes endemias e melhorar os currículos das destinados ao setor saúde em um único

Segundo ele, um passo importante para a reforma sanitária será dado ainda este ano com o início do processo de auto-suficiência na produção de vacinas, que devesse ocorrer num prazo de três anos. Atualmente o País importa vacinas triplice — contra tétano, difteria e coqueluche — e contra polio. «Mas já estamos condicionando a compra de vacinas com a transferência de tecnologia dos países produtores que será totalmente absorvida num prazo máximo de três anos», explicou Sergio Arouca, acrescentando que com isso, o Brasil fará uma economia de divisas na ordem de US\$ 15 milhões anuais.

10 MAR 1986

JORNAL DE BRASIL